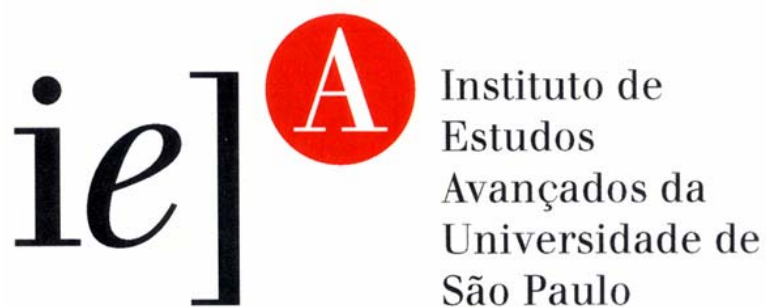


# Sistema Produtivo e Globalização

*Amaury Porto de Oliveira*



Texto disponível em [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos)

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

# Sistema Produtivo e Globalização\*

*Amaury Porto de Oliveira\*\**

Gostaria de despertar a atenção do leitor para um fator de que pouco se trata, mas que está, no entanto, subjacente a todos os problemas associados às novas dimensões da segurança internacional. Quando tomado em conta, amplia esse fator a visão das condições geopolíticas no limiar do século XXI. O que tenho em mente é a ação determinante, em cada fase histórica, da estrutura do sistema produtivo característica da fase em questão.

O sistema onusiano, sob exame na presente seção, representou o auge do sistema internacional de Estados, surgido com a paz de Westphália de 1648. Atingiu-se ali o ideal de um mundo de Estados soberanos, teoricamente iguais entre si apesar das enormes disparidades de peso específico. Cada Estado um voto. Com reservas, como todos sabemos. Para que não houvesse anarquia, foi preciso criar um diretório de países com capacidade de impor decisões.

Na esfera econômica, cada Estado era suposto possuir uma economia nacional, apoiada na exploração dos recursos naturais e/ou tecnológicos existentes no respectivo território, e de cuja defesa lhe competia soberanamente ocupar-se. O relacionamento dialético entre produção econômica e segurança nacionais veio sendo o fato central na evolução do sistema de Westphália. A ordem mundial modificava-se, mas a expressão territorial daquele relacionamento seguia sendo o princípio de base.

Durante a Segunda Revolução Industrial, período em que a capacidade de definir e liderar a ordem mundial passou da Inglaterra para os EUA, a estrutura do sistema produtivo americano universalizou-se. Proporcionou a base material do fantástico poderio militar alcançado pelos EUA, ao mesmo tempo em que servia de paradigma para a organização das economias desenvolvidas, inclusive no chamado campo socialista. Denominada por alguns de fordismo, a estrutura produtiva americana alicerçou, em meados do século XX, os arranjos intergovernamentais para a regulação das transações entre economias nacionais e a distribuição mundial do poder militar. O mencionado sistema onusiano refletiu amplamente os valores fordistas.

---

\* Texto do evento “O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional” realizado no Instituto de Estudos Avançados no dia 11 de setembro de 1998.

\*\* Diplomata de carreira, integrou a área de Assuntos Internacionais existente à época no IEA - USP.

Como é notório, todo o quadro acima começou a dar sinais de esgotamento na altura dos anos 70. Passou-se inclusive a falar de "declínio dos EUA". Não se colocava em dúvida, com isso, que os EUA seguissem sendo a maior economia do globo e a maior potência militar da história. Os declinistas chamavam apenas a atenção para a incipiente substituição da estrutura produtiva fordista por um conjunto de inovações na cadeia da produção industrial; na segmentação dos mercados nacionais de trabalho; e na circulação internacional das mercadorias e dos investimentos. Pareceu, a princípio, que se tratava do nascimento de um novo paradigma industrial, com o Japão demonstrando aptidão a liderar uma postulada Terceira Revolução Industrial. O tempo logo mostraria, porém, que a transição em marcha era bem mais abrangente, de alcance civilizacional.

Hoje está claro que uma descontinuidade estrutural sobreveio, na marcha da civilização moderna. O que se começou a chamar de globalização é bem mais do que a gradual unificação do globo, através da crescente interdependência de entidades nacionais. A crise do sistema onusiano reflete a decadência de um mundo de relações internacionais, no qual Estados-nações negociam para ajustar seus interesses específicos, diante da ascensão de atividades supranacionais que se sobrepõem as soberanias.

Estamos longe, por certo, do mundo sem fronteiras de que fala a retórica da globalização. A intensificação da interdependência econômica dos países ainda não foi de molde a eliminar os sistemas nacionais de produção, e estes resguardam suas peculiaridades congregando-se em espaços econômicos regionais, os três maiores dos quais cobrem cerca de 75% da economia mundial. Mas alteração profunda está ocorrendo na estrutura do sistema produtivo de ponta. Os processos eletromecânicos que definiram a Idade Industrial estão cedendo lugar à eletrônica digital, numa nova partida tecnológica que anuncia a chegada da Idade Informacial.

Os EUA vêm estando no centro dessa revolução. Não importa saber em que medida os dirigentes americanos agiram planejadamente. O fato é que na segunda metade dos anos 80 eles puseram em marcha duas linhas de ações que procuravam superar o emperramento da economia nacional. A desregulamentação dos mercados financeiros deixou os bancos expostos a uma competição cerrada e criou um mercado livre de capitais, graças ao qual foi possível compensar o declínio na produtividade do setor manufatureiro impulsionando a liquidez dos setores bancário e dos papéis. Paralelamente a isso, parece ter havido uma decisão estratégica de assegurar o avanço dos EUA em relação ao resto do mundo, no tocante às tecnologias de informação. Os bilhões de dólares de dinheiro público derramados sobre os projetos mirabolantes da "Guerra nas Estrelas", do presidente Reagan,

contribuíram fortemente para colocar as companhias americanas na liderança da eletrônica digital.

Não é difícil identificar essas duas linhas de ação como os enervamentos centrais do impulso no sentido da globalização, graças ao qual vêm os EUA reconsolidando e ampliando sua hegemonia mundial. O fim da Guerra Fria apenas deu maior visibilidade a esse duplo empenho americano.

Com relação ao paradigma tecnológico que venha a definir a nova estrutura produtiva, existe interessante proposta de dois professores da famosa *Berkeley Roundtable on the International Economy* (BRIE). Buscando inspiração nas características do setor da eletrônica digital, Michael Borrus e John Zysman sugerem a expressão wintelismo para substituir o obsoleto fordismo. Combinando a designação do sistema operacional para sistemas eletrônicos desenvolvido pela Microsoft, Windows, com o nome da firma americana que lidera mundialmente o setor dos microprocessadores, a Intel, wintelismo pretende simbolizar – na explicação dos dois professores – a passagem de uma era em que firmas montadoras competiam pelo controle dos processos finais de montagem, buscando estender esse controle pelas cadeias verticais de comercialização do produto, para uma outra era, na qual a luta se dá em torno do estabelecimento e efetivo desenvolvimento de padrões de mercado para produtos. O poder sobre o mercado ganhou flexibilidade, podendo alojar-se em qualquer segmento da cadeia de valor, inclusive na arquitetura dos produtos, na produção de componentes ou no logicial. Só o futuro dirá se a expressão wintelismo vai firmar-se.

De imediato, cabe salientar como os EUA vêm sabendo promover globalmente os seus interesses, servindo-se de soluções tecnológico-comerciais para o enfretamento da concorrência internacional, encontradas por firmas americanas nos confins e no respeito da lógica do mercado nacional. Nada mostra melhor como, por debaixo do grande jogo da globalização, formalmente conduzido por investidores sem rei nem lei, continuam atuantes os sistemas nacionais de produção dotados de sólida base territorial.

Autores como Robert W. Cox têm chamado a atenção para a coexistência conflituosa, neste final de século, de dois conceitos com capacidade para a mobilização de povos: o conceito globalizante e o conceito territorial. Os EUA tomaram a si difundir e implementar a sua própria visão de uma economia global, em grande medida auto-regulada pela simples interação dos agentes econômicos privados. A generalização dessa visão tem marchado de par com o robustecimento da hegemonia americana, situação tornada preocupante após o desmoronamento da URSS e a entrada dos EUA no seu "momento

monopolar". O hegemon começa inclusive a liberar-se da necessidade de negociar suas decisões com a cúpula onusiana, sacudindo assim um dos últimos embaraços ao exercício da hegemonia. Os recentes ataques americanos a locais no Sudão e no Afeganistão foram levados a cabo sem qualquer negociação ou justificação prévia.

Também vai parecendo ilusória a idéia de que o hegemon age enquadrado pela legalidade internacional. Os EUA já se permitem definir quando estão ou não sujeitos a essa legalidade. Na edição de 6 de junho de 1998, o semanário *The Economist* pôs em foco uma resolução do Senado americano, passada no mês de abril, e que libera de antemão o território dos EUA de eventuais "inspeções contestatórias", o instrumento criado pela Convenção sobre armas químicas, de 1997, para comprovar afirmações de Estados a propósito dos seus estoques de armamento químico.

A oposição entre globalização e territorialidade não é absoluta. Existe inclusive alguma interação entre as duas tendências, haja vista a já mencionada vinculação entre o ímpeto globalizante dos EUA e o vigor dos seus ativos territoriais. Entre estes, cabe destacar: uma economia nacional pujante, sugando qual buraco negro riquezas do mundo todo; concentração no território contíguo da União de um arsenal militar sem precedente histórico, a tal ponto que estrategistas propõem a retração para o interior das fronteiras nacionais de toda a capacidade de golpeamento global do país; abrangência e pioneirismo da pesquisa e desenvolvimento conduzidos em universidades e instituições científicas do país, com o que se mantêm os EUA na liderança da fronteira tecnológica; amplitude e riqueza dos recursos humanos que convergem de toda parte para fazer rodar os setores de ponta da economia americana.

Diante de todo esse poderio, não parece exagerado interpretar a desenvoltura com que os EUA começam a desconhecer constrangimentos internacionais como tentativa de colocar seu território num nível superior e exclusivo de territorialidade. Ou em outras palavras, fazer do seu território a sede distrital do primeiro governo mundial da história humana.

Um país que vem dando mostras de esposar essa interpretação, e inclusive conduz um esforço diplomático com vistas a mobilizar outros países contra o aparente desígnio dos EUA é a China. A China também se vê na necessidade de resolver o conflito entre territorialidade e globalização. É-lhe imprescindível contemporizar com esta última, a fim de obter os capitais e tecnologias indispensáveis para a modernização da economia chinesa. Mas toda a força do país vem dos seus atributos de base territorial: extensão, população, civilização milenar, irradiação cultural, forças armadas inclusive com poder

nuclear. Acresce que só nos últimos cinquenta anos pôde a China apoiar-se em tais atributos para reivindicar o lugar que lhe cabe num mundo definido em termos westphalianos. Dificilmente renunciará Pequim à oportunidade histórica que lhe está sendo dada, de liderar a resistência dos marginalizados da globalização ao aproveitamento da mesma por auto-proclamados hegemonas.

Uma última observação é que a China atribui lugar de relevo ao Brasil, no seu esforço internacional de mobilização anti-hegemônica. A mim me parece que nós, brasileiros, temos todo interesse em ouvir as razões da China.